



A penumbra da luz: redes técnicas brasileiras e a gestão da AMFORP entre 1952 a 1963

Angela Lúcia Ferreira
angela.ferreira@pq.cnpq.br

Yuri Simonini
ysimonini@gmail.com

Alexandro Ferreira Cardoso da Silva
alexandroferreira@hotmail.com

Grupo de Pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo – HCURB
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/Brasil

A penumbra da luz: redes técnicas brasileiras e a gestão da AMFORP entre 1952 a 1963 (Resumo)

As últimas décadas de atuação da American & Foreign Power Company – AMFORP – no Brasil foram caracterizados por instabilidade política, econômica e social, marcada pelo debate regional e nacionalista. O setor energético se firmava principalmente no atendimento a uma crescente demanda fruto da consolidação do parque industrial na região Sul-Sudeste em um primeiro momento, mas, em seguida, se expandindo para a região Nordeste. Setores estratégicos infraestruturais exigiam novos investimentos e atitudes do Estado brasileiro o qual promovia ora tensões ora apoios que culminariam na estatização da empresa em 1963, encerrando a atuação da AMFORP no país e começando um período estatal de gestão e operação centralizada na área energética. Levantar elementos para compreender a inserção da empresa na ampliação deste setor e, especialmente, na manutenção das redes técnicas de produção e de consumo no Brasil, entre 1952 a 1963 é o objetivo deste trabalho. Com base nos relatórios acionários da própria companhia, constatou-se que embora dinâmica e atuante nas localidades, a AMFORP perdia, assim, espaço para novos interesses nacionais sobre o território. O estudo revela um capítulo fundamental para o entendimento destes sistemas tecnológicos e no embate entre diferentes modelos de atuação: o nacional/regional em detrimento do internacional/local.

Palavras-Chave: setor energético, American & Foreign Power Company, políticas estratégicas nacionalistas, Brasil.

The penumbra of light: Brazilian technical networks and the management of AMFORP between 1952 and 1963 (Abstract)

The last decades of American & Foreign Power Company - AMFORP - operation in Brazil were characterized by political, economic and social instability marked by regional and nationalist debate. The energy sector was firming itself mainly in response to a growing demand as a result of the consolidation of the industrial park in the South-Southeast at first, but expanding then to the Northeast. Strategic sectors required new infrastructural investments and attitudes of the Brazilian State – which promoted, sometimes, tensions and, otherwise, support – what culminated in the company nationalization in 1963, ending the AMFORP actions in the country and beginning a period of State management and centralized operation on energy area. To raise insights into the company's role in the expansion of this sector and especially in the maintenance of technical networks of production and consumption in Brazil from 1952 to 1963 is the aim of this work. Based on company's financial reports, it was found that although dynamic and active in the localities, the AMFORP lost space to new national concerns on the territory. The study reveals a fundamental chapter to the understanding of technological systems and the tensions between different models of operation: national / regional rather than international / local.

Keywords: energy Sector, American & Foreign Power Company, nationalists strategic policies, Brazil.

O fim da Segunda Guerra Mundial e o enfraquecimento das principais nações na Europa, a expansão dos interesses estadunidenses na economia, política e cultura, se intensificou, principalmente, na América Latina. No setor de energia elétrica, em especial, a *American & Foreign Power Company* – AMFORP – se constituiu como uma empresa que atuou de forma estratégica em diversos países e se deparou, a partir dos anos de 1950, com novos desafios. O então presidente da empresa, W. S. Robertson, em 1953, afirmava aos seus acionistas, entretanto, que a AMFORP havia aprendido uma lição sobre como lidar com as dificuldades. E, naquele momento, revelava certo otimismo no futuro. Para Robertson, a companhia encontrava-se no caminho de se tornar numa empresa bilionária, uma vez que era a “(...) maior fornecedora de serviços públicos na América Latina, onde o campo de desenvolvimento futuro de energia é virtualmente ilimitado”¹.

Todavia, e apesar de contar com o amparo da maioria dos governos locais, diversos problemas se avolumaram, notadamente, no que se refere às taxas cambiais e ao crescente nacionalismo latino-americano. Tais fatores provocaram uma sistemática mudança nos planos de investimentos da AMFORP que a fez inserir em outros setores da economia da região, com ênfase na Indústria. A perda do interesse da empresa no setor de serviços se iniciou com a venda das concessões de transportes e, paulatinamente, deu prosseguimento a uma série de negociações com os governos locais para a desapropriação de seu maior patrimônio: o sistema

¹ American..., 1953, p. 6. Adaptado da transcrição original: “(...) the largest public system in Latin America, where the field for future power development is virtually limitless”.

de produção, de transmissão e distribuição de energia elétrica. O fim de sua atuação na América Latina se deu em 1975 com a venda das últimas propriedades no Equador².

A relação entre a AMFORP – ou melhor, das Empresas Elétricas Brasileiras, pessoa jurídica que se responsabilizava pela gestão das subsidiárias no país – e o governo brasileiro³ foi marcado por momentos ora de apoios, ora de tensões que se intensificou a partir do aumento da participação do Estado no setor energético. Por fim, ocorreu a estatização da empresa mediante compra, em 1964, encerrando a atuação da AMFORP em solo brasileiro e dando início ao período da gestão e operação pública no setor elétrico, fortemente centralizada em escala nacional.

Em um contexto de consolidação do Estado brasileiro e de expansão urbana pós-1950, o estudo tem por objetivo levantar elementos para compreender a participação da AMFORP na ampliação do setor elétrico nacional, notadamente na manutenção e na intensificação das redes técnicas de produção e de consumo no Brasil. Busca-se, assim, contribuir no debate acerca das formas de operação das empresas multinacionais na área energética no país e a relação desses conglomerados com os governos locais, frente às mudanças político-econômicas que ocorreram entre 1952 a 1963.

Dá-se continuidade ao artigo, intitulado “Os donos da luz: Sistemas de gestão e redes técnicas no território brasileiro. O caso da AMFORP (1927-1939)” realizado pelos autores e apresentado no “Simpósio Internacional Globalización, innovación y construcción de redes técnicas urbanas en América y Europa, 1890-1930. Brazilian Traction, Barcelona Traction y otros conglomerados financieros y técnicos”. Em linhas gerais, tal trabalho constatou quatro particularidades de atuação da empresa no Brasil até 1939: 1) a forma dispersa de arranjo territorial, com tendência em dois sentidos (litoral e interior); 2) a incorporação e uso público da marca da companhia adquirida; 3) a composição acionária, com relativa ênfase ao poder local; e 4) a implantação de um novo padrão de distribuição e de comercialização de energia elétrica.

Embora ciente da importância do aprofundamento destas questões apontadas no primeiro trabalho, optou-se por caracterizar o panorama geral da presença da AMFORP no território brasileiro – devido, principalmente, aos poucos estudos acerca da empresa. Tem-se a perspectiva, a posteriori, de desenvolver essas especificidades relativas à companhia estadunidense. Ao término das análises anteriores já se vislumbrava um momento de consolidação de sua base infraestrutural e, em seguida, da diversificação das áreas de investimento.

Continuou-se a utilizar os relatórios acionários da empresa para o período de 1952 a 1963, como fontes primárias e se justifica a ausência do estudo entre 1940 a 1951 pela indisponibilidade da documentação, até o presente momento, ainda não encontrado. O trabalho se divide em dois tópicos: inicialmente, delineia-se um quadro abrangente acerca de sua atuação na América Latina para, em seguida, debruçar-se sobre a realidade brasileira.

² Ferreira, Silva, Simonini, 2012.

³ É importante lembrar que o período entre 1945 e 1964 foi politicamente conturbado no Brasil, especialmente pelo debate entre uma visão mais nacionalista (liderada por Getúlio Vargas) e uma mais aberta ao capital internacional.

“Servindo a América Latina”

O tom otimista do discurso de Robertson, em 1953, já vinha se evidenciando no relatório do ano anterior que se respaldava no contínuo crescimento da empresa. De fato, a receita operacional bruta teve um acréscimo de, aproximadamente, 158,49 por cento de variação de 1943 a 1952, passando de U\$ 72.414.900 para U\$ 187.186.003. Nesse período, houve investimentos superiores a 33 milhões de dólares que garantiram o crescimento da capacidade instalada de geração de energia de 843.575 kW para 1.059.940 kW, que atendia 2.309.695 pessoas⁴. É interessante apontar, contudo, que ao se aplicar uma relação entre consumidor/geração de energia nos dados acima apresentados, percebe-se um aumento de, aproximadamente, 54 por cento de novos clientes, enquanto que a capacidade de produção elétrica variou, para mais, em torno de 25 por cento. Esse descompasso entre oferta e demanda logo traria problemas e falhas ao fornecimento de energia e prejuízos à AMFORP.

O incremento da geração de energia elétrica era fator crucial. Isso porque as subsidiárias logo não poderiam mais atender a crescente procura, caso mantida a proporção acima mencionada, acarretaria na paralisação do sistema com prováveis prejuízos à empresa. Nas palavras de W. S. Robertson, uma das formas para a obtenção do capital necessário para esse investimento consistia, naquele momento, em assegurar o cumprimento de certos requisitos. Ou seja,

“Garantia por parte dos governos locais, que as empresas de energia elétrica recebam uma taxa de retorno adequada para atrair o capital necessário; Intensos esforços por parte dos governos para fazer com que o câmbio esteja disponível para importar os necessários equipamentos de energia elétrica, e para atender a dívida externa e a equidade de capital; Desenvolvimento de mercados de títulos, de modo que as grandes quantidades necessárias para as despesas de construção, em moeda local, possam ser captadas localmente; Liberdade das ameaças de nacionalização e da realização de empreendimentos, no setor elétrico, financiados pelo governo”⁵.

A parceria entre a iniciativa privada e o poder público revela uma constante preocupação para a AMFORP em decorrência das limitações da operacionalização de um setor estratégico para um país, embora mantenha uma posição acerca da extensão da influência estatal. A posição da empresa frente a essa questão se revela na afirmação de Robertson:

“Sabemos que nenhum elemento desta parceria pode fazer o trabalho sozinho, mas acreditamos firmemente que é no melhor interesse de todos os interessados que as empresas privadas sejam encorajadas a fazer a contribuição máxima de seus recursos, suas técnicas e sua experiência administrativa para esse enorme esforço”⁶.

⁴ American..., 1952.

⁵ American...1952, p.5. Adaptado do original: “Assurance by the local governments that operating electric companies will receive a rate of return adequate to attract the capital required; Intensive efforts by the governments to see to it that sufficient foreign exchange is available to import necessary electric power equipment, and to service foreign debt and equity capital; Development of markets for securities so that the large amounts required for construction expenditures in local currencies may be raised locally; Freedom from threats of nationalization and from governmentally-financed completion with existing electric enterprises”

⁶ American..., 1952, p.6. Adaptado do original: “We know that no single element in this partnership can do the job alone, but we firmly believe in that it is in the best interest of all concerned that the private companies be encouraged to make the maximum contribution of their resources, their techniques and their administrative experience to this vast effort”.

Além disso, a empresa mantinha um olhar atento na política estadunidense de estreitamento das relações com os países latino-americanos, ao acompanhar de perto as diversas conferências em Caracas, México e no Rio de Janeiro que tratavam de questões políticas e econômicas – principalmente no que se refere ao fluxo de capitais. Uma forma encontrada de angariar recursos foi a adoção de um extenso projeto “(...) de publicidade, de anúncios, de pesquisas e de exposições elaborados para chamar a atenção para oportunidades de investimentos, possibilidades comerciais e atração turística para a América Latina”⁷. Grande parte desses investimentos, contudo se originou do Banco *Export-Import*⁸ cujos empréstimos, em 1952, ultrapassaram os 300 milhões de dólares e objetivavam arcar com diversos custos, principalmente os relacionados à construção da infraestrutura de apoio ao sistema – obras civis, principalmente. A figura 1 reflete a variação destes gastos que, após ligeiro declínio entre 1949 a 1951, mantiveram um constante aumento até a sua relativa estabilização a partir de 1953.

Embora os principais gastos se concentrem na construção de represas, os relatórios – de 1952 a 1963 – apontam a destinação de recursos, durante o período estudado, para a expansão e melhorias das linhas de transmissão, das subestações e instalações necessárias à distribuição de energia. A criação dessa infraestrutura atendia, inclusive, as prerrogativas de integração com outras empresas uma vez que “(...) podem utilizar adequadamente não apenas a sua capacidade adicional, mas o disponibilizado a partir de fontes não pertencentes ao sistema e parte essencial do programa [operacional]”⁹.

Na tentativa de obter novas formas de produção de eletricidade, o relatório para o ano de 1954 afirma o início de estudos sobre o uso de energia atômica na América Latina, uma vez que os baixos custos operacionais podiam, futuramente, ser bastante competitivos “em algumas áreas servidas pela *Foreign Power* onde não há disponibilidade de combustíveis convencionais de baixo custo ou energia hidroelétrica barata”¹⁰. Havia a questão do alto valor de implantação, mas a justificativa dada consistia “(...) nos benefícios derivados desse esforço pioneiro, tanto pela Companhia como pelas áreas atendidas”¹¹. Dois anos mais tarde, a AMFORP adquiriu dois reatores da *International General Electric Company* e um da *Atomic International*, com capacidade de geração de 10.600 kW e 10.400 kW, respectivamente. Os locais que a empresa esperava implantar estas usinas eram o Brasil, Cuba e o México, cujas negociações com as autoridades encontravam-se em andamento¹².

⁷ American..., 1958, p.7. Não se trata de um caso isolado; de acordo com o referido relatório, os maciços investimentos estadunidenses na América Latina, somente em 1958, superaram os US\$ 8 bilhões, cujo reflexo consistiu em um interesse pelo estreitamento dessa relação que ultrapassou questões político-econômicas, como intercâmbios estudantis, missões culturais e científicas. Adaptado do original: “publicity, advertising, research and exhibits designed to call attention to the investment opportunities, commercial possibilities and tourist attraction of Latin America”.

⁸ Instituição fundada pelo presidente Franklin D. Roosevelt, em 1934, dentro do pacote de medidas do *New Deal* para investimentos estrangeiros. Para maiores detalhes, ver < <http://www.exim.gov/>>.

⁹ American..., 1956, p.12

¹⁰ American..., 1954, p.6 (grifos nossos). Adaptado do original: “some areas served by Foreign Power where low-cost conventional fuels or cheap hydro power are not available”.

¹¹ American..., 1956, p.30. Adaptado do original: “(...) by the benefits to be derived from this pioneering effort, both by the Company and the areas served”.

¹² As fontes consultadas para este trabalho não informam se as negociações foram concretizadas, nem se as instalações nucleares foram, de fato, implantadas.

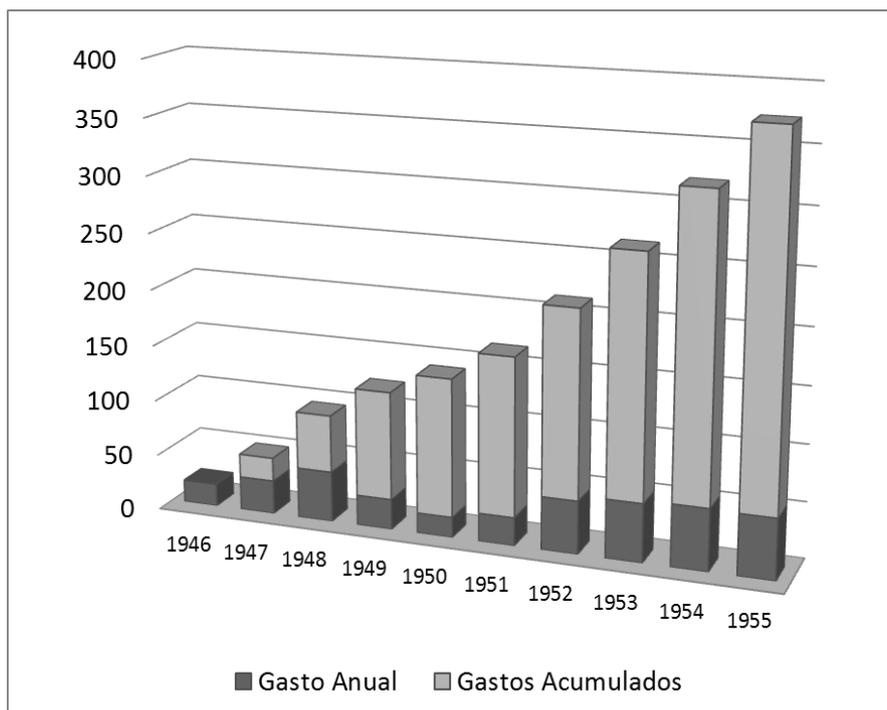


Figura 1. Gastos construtivos da AMFORP no período pós-guerra (em milhões de dólares)

Fonte: American..., 1955.

Nota: Reelaborado pelos autores.

A empresa mantinha um programa operacional com cinco princípios norteadores dos planejamentos estratégicos e das ações em cada subsidiária. Esses preceitos, que possuíam uma lógica cadenciada, eram assim expostos: a) para a *difusão* do uso de eletricidade para o consumidor final em condições e preços adequados, era necessário a b) *elaboração* de projetos para a construção de instalações com o emprego de tecnologias modernas. Isso só seria possível com a c) *concepção e participação* de programas de desenvolvimento por parte da empresa nas localidades atendidas, contribuindo para o progresso econômico atrelado ao uso de eletricidade. Uma eficiente e satisfatória prestação de serviços acarretaria na d) *obtenção* de lucros que gerariam dividendos aos investidores, além de atrair capitais para novas expansões. E finalmente, e) “*desenvolver e manter* uma organização forte e eficiente, tanto em Nova York como nas subsidiárias, composta por indivíduos que têm a capacidade, a compreensão, a iniciativa e a autoridade para assumir essas responsabilidades”¹³.

Destaca-se que o último ponto é considerado, pela empresa, de extrema importância, o que revela um enfoque na administração centralizada; centralização determinante numa forma específica de gestão multinacional que não transparecia em suas subsidiárias. Isso se manifestava na inexistente divulgação do logotipo próprio, além da manutenção do nome e da pessoa jurídica das companhias adquiridas. Constata-se que essa desassociação da imagem da

¹³ American..., 1955, p.5-6 (Grifos nossos). Adaptado do original: “develop and maintain strong and efficient organization both in New York and in the operating companies, made up of individuals who have the ability, the understanding, the initiative and the authority to carry out these responsibilities”.

empresa à interesses estrangeiros, provavelmente, não sofreria pressão política ou econômica “(...) evitando, assim, possíveis nacionalismos ou localismos”¹⁴.

Todavia, a AMFORP possuía não somente logotipo (Figura 2), mas também lema, “*Serving Latin America*” (Figura 3) que apareceram apenas em dois relatórios acionários, o de 1957 e o de 1958. Infere-se que tenha sido a primeira confirmação, visual de sua identidade, mas restrita à matriz e aos seus acionistas¹⁵. A pouca ou quase nenhuma fonte primária sobre a AMFORP, localizada no Brasil, reforça esse modelo centralizador e “quase anônimo” da empresa, como foi mencionado em artigo anterior. Ao se analisar a imagem, percebe-se que toda a América Latina e Central encontra-se assinalada, apesar de não condizer com sua área de atuação. Isso pode supor a intenção de controle territorial e de um novo projeto expansionista, paralisado em 1930 devido a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque.



Figura 2. Logotipo da AMFORP que estampou o relatório acionário de 1957.

Fonte: American..., 1957.

Domínio impossibilitado devido, fundamentalmente, a sinalização de problemas financeiros, causados por instabilidades políticas na região a partir de 1959, com foco em Cuba e, a posteriori, no Brasil¹⁶. O relatório do ano seguinte, em que enfatiza a expropriação da empresa cubana em decorrência da revolução comandada por Fidel Castro sem indenização, mostrou num prejuízo de sete milhões de dólares em divisas¹⁷. Também foi o ano da conclusão processual da venda da subsidiária argentina com valor total de 53.632.000 milhões de dólares – a serem pagos em 13 anos¹⁸ – e do início de negociações de venda das propriedades colombianas, por não serem mais rentáveis. De fato, o problema do baixo ou nenhum retorno financeiro tornou-se um tema recorrente nos relatórios. O de 1960 afirmava:

¹⁴ Ferreira, Silva, Simonini, 2012, p.15.

¹⁵ Não foi encontrado, nas pesquisas efetuadas até então, nenhuma documentação que tenha sido usado tal comunicação visual

¹⁶ Segundo o relatório, a receita líquida operacional e o lucro líquido caíram, respectivamente 25 e 70 por cento em relação a 1958. A questão brasileira será discutida adiante.

¹⁷ Além de perdas de 280 milhões de dólares em títulos de investimentos, dos quais 168 milhões pertenciam a AMFORP.

¹⁸ Em contrapartida, a AMFORP iniciou investimentos em outros setores, como a petroquímica e a construção civil e tratado a seguir.

"(...) Um dos grandes obstáculos para o sucesso operacional das concessionárias de serviços públicos na América Latina tem sido a instabilidade econômica de que muitos países sofreram, combinado com a incapacidade destes serviços para obter aumentos nas taxas para compensar os custos adicionais dos negócios"¹⁹.

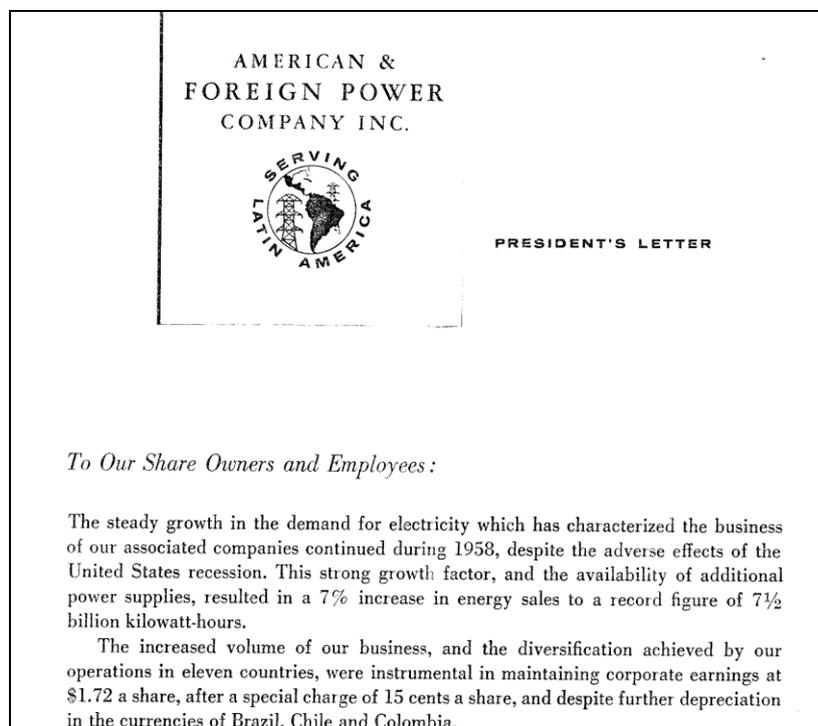


Figura 3. Trecho da mensagem de abertura do relatório de 1958, do então presidente da AMFORP, Henry B. Sargent aos empregados e acionistas da empresa

Fonte: American..., 1958.

Estes custos possuíam uma flutuação e rubricas diversas que aumentavam anualmente, exceto o patrimônio líquido deixado às subsidiárias as quais apresentavam contínua queda em seus valores. O gráfico abaixo (Figura 4) demonstra essa variação e verifica-se que os principais custos se relacionam ao pagamento de funcionários, combustível – das termoeletricas – e da aquisição de energia elétrica de outras companhias, como também do patrimônio líquido repassado à matriz.

¹⁹ American..., 1960, p.4. Adaptado do original: "(...) one of the great obstacles to successful private utility operations in Latin America has been the economic instability from which many countries have suffered, combined with the inability of the utilities to obtain increases in services rates to compensate for the added costs of doing business".

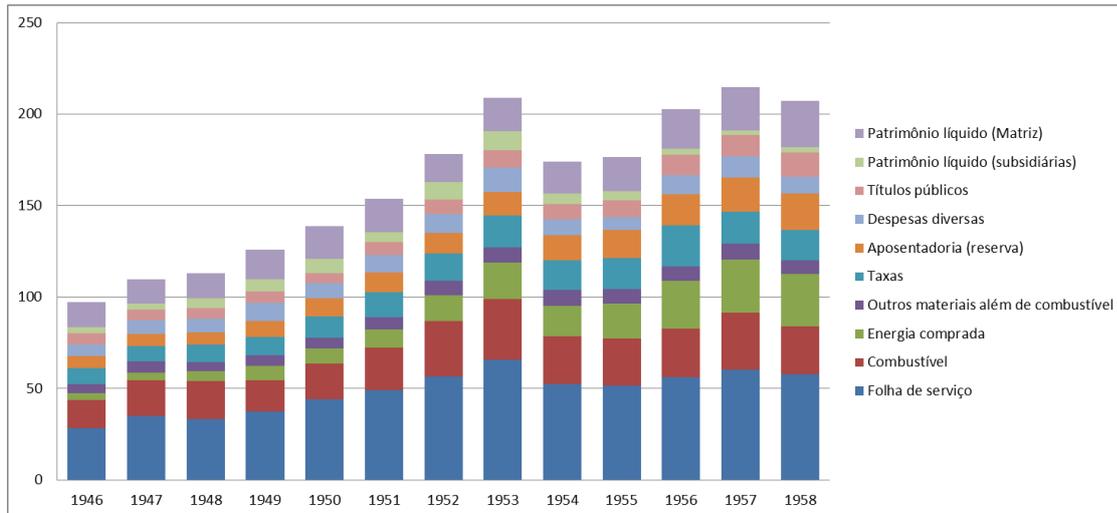


Figura 4. Disposição da receita operacional bruta das subsidiárias – 1946 a 1958

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios acionários da AMFORP – 1952 a 1958

Isso marcou uma mudança nos rumos da AMFORP. Trata-se da diversificação dos investimentos da empresa para outros setores que, em 1960, já significava um rendimento de 2.6 milhões de dólares – 11 por cento do valor total. Os gestores acreditavam que o futuro da empresa encontrava-se na substituição de investimentos da área de serviços públicos para empreendimentos industriais, ocorrido na Argentina, ou na expansão para outros setores, entre 1960 a 1961, como demonstrado a seguir. E se baseavam na prerrogativa de que essa orientação iria “(...) produzir grande estabilidade bem como um incremento no aumento dos lucros enquanto que, ao mesmo tempo, desempenhar um papel mais agressivo e construtivo nos países atendidos”²⁰.

Com investimentos na casa dos seis milhões de dólares, a empresa adquiriu com parceiras locais, o controle acionário da *Aluminiun Company of America*, uma planta processadora de 20 mil toneladas de alumínio anuais e uma fábrica de produção de tijolos, no México; um complexo petroquímico²¹ e empreendimento voltado a construção de casas populares, na Argentina; e na Venezuela, uma instalação para processamento de carvão. No ano seguinte, os dividendos dessas operações giraram em torno dos U\$ 8.300.000, ou 35 por cento do lucro total da AMFORP²².

Isso não impediu, contudo, a evasão e a não captação de investimentos que forçaram a empresa a vender o seu patrimônio em suas várias operações. Se, no começo dos anos 1950, possuía mais de um bilhão de dólares de ativos, em menos de dez anos esse valor caiu pela metade²³. Iniciava-se, assim, o declínio da empresa e a sua saída definitiva da América Latina, em 1975.

²⁰ American...1960, p.5. Adaptado do original: “(...) produce greater stability as well as increased growth of earnings, while at the same time playing a more aggressive and constructive role in the countries served”.

²¹ Trata-se de uma *joint-venture* com outras empresas e bancos estadunidenses e investidores argentinos. O valor total de investimentos é na ordem de 67 milhões de dólares.

²² American..., 1960 e 1961.

²³ Hausman e Neufeld, 1997.

O Estado brasileiro e a AMFORP

Como é sabido, a crise financeira estadunidense de 1929, que teve seu impacto ampliado nas décadas seguintes, aliado aos traumas da Primeira Grande Guerra, na Europa, levaram a transformações políticas e econômicas com consequências globais e contribuíram para lançar o mundo em um segundo conflito, reconfigurando o cenário de poder geopolítico a partir de 1945. Os chamados “30 gloriosos” anos do capitalismo (1945-1975) e da prevalência do *Welfare State* enquanto política de Estado no bloco ocidental significou, para o Brasil, também uma nova fase em sua história econômica.

Os anos posteriores a 1945 encontraram uma base produtiva industrial mais consolidada e um proletariado urbano servido de leis trabalhistas de alcance nacional, expressão da forte intervenção do Estado na economia. Mas, logo após a Segunda Grande Guerra, em 1946, e já sob o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), a questão cambial dominava os debates sobre os rumos do país e da sua industrialização. Mesmo com o impulso no setor industrial dado pelo presidente Getúlio Vargas, ainda era forte a dependência do Brasil às exportações de produtos primários o que fazia o empresariado defender um maior controle do comércio exterior, evitando a concorrência desleal com os demais países e a ampliação do parque fabril²⁴.

De fato, após a Segunda Guerra, os movimentos do capital internacional em busca de novos eixos de lucratividade, permitiram que países até então com baixa capacidade industrial conseguissem fortalecer e diversificar sua produção interna, operando um padrão menos dependente do bom desempenho dos setores primários para exportação. Em grande medida, tal período de expansão e internacionalização do capital, por um lado, permitiu ao Brasil modernizar suas máquinas e plantas de produção com novas fábricas de bens de capital atreladas aos bens de consumo durável; e, por outro, exigiu do governo um maior controle do câmbio, protecionismo de suas fábricas por meio de tarifas e estímulo direto ao desenvolvimento por meio de fundos públicos²⁵.

O incremento industrial demandava um maior fornecimento de energia elétrica e as subsidiárias brasileiras necessitavam de um novo fluxo de investimentos, garantidos, a partir de 1953, por um acordo com a *Export-Import* no valor de US\$ 41.140.000 e com perspectivas de outros empréstimos, segundo o informe acionário de 1952²⁶. A maior parte desses recursos possibilitou a elaboração de um plano de construção de infraestrutura em longo prazo no país que adicionaria em 156.500 kW a capacidade de geração de energia em sete subsidiárias brasileiras entre 1952-1956²⁷. Simultaneamente a este empréstimo, essas empregariam capitais próprios e suplementados com a venda de ações ao público em geral, além da provável ajuda de instituições financeiras do Brasil. O relato para o ano 1953 acrescentou que as despesas para esse plano consistiam, “(...) aproximadamente, em US\$ 62.600.000, um aumento de cerca de US\$ 23.100.000 em relação a 1952. Desse aumento, US\$ 16.000.000

²⁴ Gentil; Teixeira, 2010.

²⁵ Mello, 1998.

²⁶ American..., 1952.

²⁷ O relatório não determina quais seriam tais subsidiárias.

encontra-se previsto para ocorrer no Brasil, onde o programa de construção das subsidiárias vai avançar para uma fase que requer gastos mais extensos”²⁸.

O principal entrave encontrava-se, no entanto, na questão da política cambial brasileira. Após a Segunda Guerra, o câmbio livre contrariava as políticas de controle existentes desde os anos de 1930. O resultado, entretanto, não foi eficaz em gerar divisas e forçou o governo Dutra, a partir de 1947, a adotar um controle mais rígido do câmbio para favorecer os produtos nacionais e ampliar a competitividade²⁹.

Tal política cambial, até 1953, tinha como objetivo a manutenção de um câmbio fixo, sobrevalorizado, à medida que a inflação no mercado nacional aumentava, pressionando os preços; a isso se somava um novo *boom* do preço do café no mercado externo³⁰. Entretanto, a procura por importações também aumentava junto com a recuperação gradual dos países centrais, levando a uma diminuição na pauta de exportações e um aumento na importação de bens duráveis e não essenciais, desfavorecendo a balança comercial brasileira. Tal situação levou o governo a reprimir as importações, a partir de 1953, substituindo os produtos estrangeiros por bens nacionais, na tentativa de evitar a fuga de divisas para o exterior. O efeito dessas medidas no aumento do custo material de certos itens exportados, que poderia afetar os serviços operacionais e de engenharia, eram motivos de preocupações por parte da AMFORP. Procurava-se, inclusive, a possibilidade de elaborar propostas para aumento das tarifas para compensar essas perdas.

O problema do câmbio, no âmbito de serviços apresentava especificidades diferentes do industrial: o governo, nesse período, não controlava de modo eficaz a remessa ao estrangeiro de divisas advindas do setor. A “política [cambial diferenciada] permitia às pessoas ocupadas nessas atividades vender divisas o que era vedado a outros usuários de câmbio”³¹. No referente aos interesses da AMFORP, o relatório acionista de 1952 afirmava a manutenção das “remessas de juros e dividendos sobre os investimentos ‘de interesses especiais para a economia nacional’, que incluem, especificamente, os investimentos nas áreas de transporte, energia elétrica e comunicações”³².

Embora os anos de 1952-53 sejam marcados por problemas de câmbio, houve condições operacionais favoráveis, com aumento de vendas de energia elétrica em 10 por cento e com consequente aumento de dividendos em 11 por cento. Isso se deve, segundo o relatório de 1952, ao aumento “(...) do volume de negócios, dos ajustes em algumas áreas de serviço, da

²⁸ American..., 1952, p.11. Adaptado do original: “(...) amount to about \$62.600.000, an increase of some \$23.100.000 over the 1952 figure. Of this increase, approximately \$16.000.000 is expected to arise in Brazil, where the construction program of the subsidiaries will move forward into a stage requiring heavier expenditures”.

²⁹ Huddle, 1963a.

³⁰ Huddle, 1964b.

³¹ Huddle, 1964b, p.17.

³² American..., 1952, p.13. Adaptado do original: “(...) interest and dividend remittances on investments ‘of special interests to the national economy’ which include, specifically, investments in the fields of transportation, electric power and communications”.

maior eficiência em algumas operações de sistemas e das condições da água que, em geral, melhoraram”³³.

E apesar de estar “dentro dos limites dos recursos disponíveis, [e] o processo de ampliação e melhoria das instalações controladas avançou firmemente”³⁴, a capacidade de geração de energia não acompanhou as necessidades nacionais. O resultado acarretou no racionamento de energia em diversas partes do país – problema que afetou, inclusive, todas as companhias atuantes no Brasil. Em 1953, o rápido crescimento populacional e industrial brasileiro continuava a exercer forte pressão na produção elétrica, com o agravamento de uma severa seca que afetou as hidroelétricas, principalmente na região sudeste. Conseqüentemente, incidiu numa perda de 12 por cento da receita operacional, bem como na manutenção do racionamento de energia³⁵.

Mesmo diante desses entraves, a política operacional da AMFORP seguia o programa de ampliação de oferta de energia, ao prever o incremento da capacidade total em 421.000 kW até 1956 – cerca de 150 por cento a mais do que a existente no período pós-guerra. Para tal, certas medidas foram tomadas entre os anos de 1953 a 1960 que abarcaram todas as regiões em que a empresa atuava, com a construção de usinas produtoras de energia e de linhas de transmissão.

A principal obra em andamento – iniciada em 1952 – era a construção da hidroelétrica de Peixoto, da Cia. Paulista de Força e Luz (Figura 5). As estimativas da empresa para que as duas unidades geradoras de 40 mil kW, cada, entrassem em operação em 1957. Ademais, negociações estavam em progresso para o “financiamento de quatro unidades adicionais, totalizando 160.000 quilowatts”³⁶.

Incluiu-se igualmente a construção de linhas de transmissão primárias, como a que liga a hidroelétrica de Peti à Belo Horizonte, com 56 km de extensão, além das conexões estabelecidas entre a termoelétrica da Carioba e a rede existente da subsidiária paulista³⁷. Com o intuito de comprar energia elétrica para revenda nas áreas de atuação da AMFORP, outras interconexões encontravam-se em construção, principalmente com sistemas de outras companhias. O relatório de 1953 destacou as ligações realizadas nas cidades de Recife e Salvador com o sistema estatal da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF³⁸ – com 400 e 450 km de extensão, respectivamente, com a obtenção de 25 mil kW de energia adicional para estas capitais e, ao mesmo tempo, substituiria as usinas termoelétricas³⁹.

³³ American..., 1952, p.16. Adaptado do original: “increased volume of business, rate adjustments in some service areas, higher efficiency in some systems operations, and generally improved water conditions”.

³⁴ American..., 1952, p.17. Adaptado do original: “within the limits of the resources available, the process of enlarging and improving the subsidiaries facilities has gone forward steadily”.

³⁵ American..., 1953.

³⁶ American..., 1954, p.12.

³⁷ American...1953.

³⁸ Primeira empresa federal de energia elétrica, instituída pelo Decreto-Lei n.8.031, de 1945. “A CHESF foi criada com o intuito precípua de promover a construção de uma grande usina hidroelétrica que explorasse o potencial energético da cachoeira de Paulo Afonso, situada no rio São Francisco, entre Alagoas e Bahia” (Panorama..., 2006, p.128). A usina de Paulo Afonso entrou em operação em dezembro de 1954.

³⁹ American..., 1953; 1954. De acordo com o relatório de 1953, espera-se que, após a inauguração da usina, seja comprado cerca de 120.000 kW.

Em Belo Horizonte, a integração com um sistema hidroelétrico privado – e industrial – garantiu um acréscimo de 7.000 kW. E a construção de uma hidroelétrica no Rio Grande do Sul – de iniciativa estadual – fez com que a subsidiária de Porto Alegre pudesse contar com 15.000 kW extras.

Além disso, a partir de 1960, os relatórios acionários indicavam o início de uma formação de rede interestadual, com a

“(…) interligação entre as companhias Paulista e Mineiras foi concluída com a construção de uma linha de transmissão não pertencente ao sistema [da AMFORP] de 370 quilômetros. Por meio desta interligação, 50.000 kW de capacidade da planta Peixoto, da empresa paulista será disponibilizado ao sistema de Minas Gerais”⁴⁰.

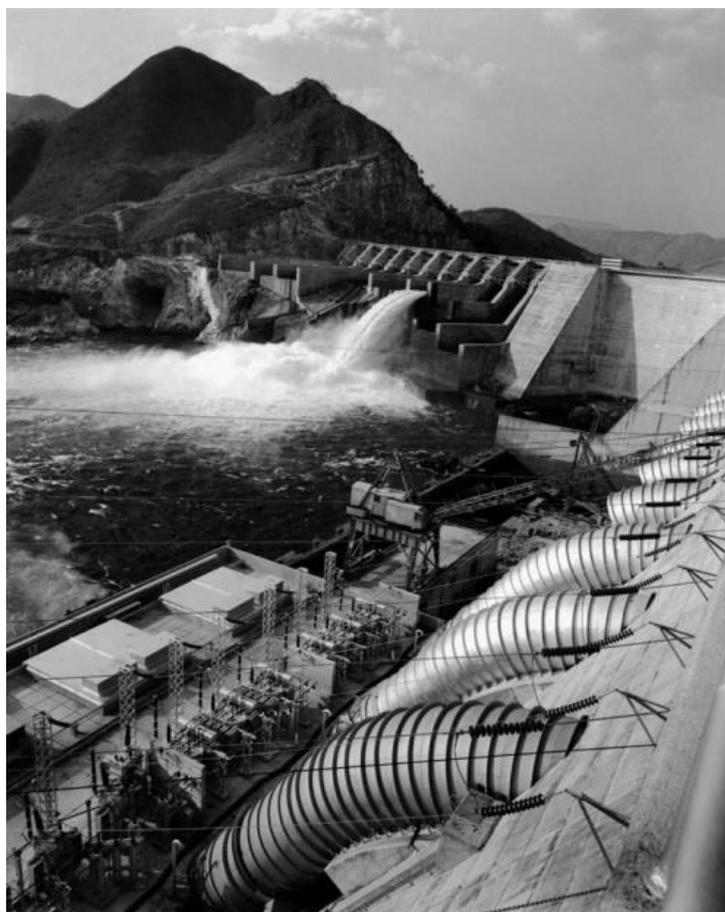


Figura 5. Usina Hidrelétrica de Peixoto, no Rio Grande, fronteira entre São Paulo e Minas Gerais, em 1956

Fonte: Hans Gunter Flieg/Acervo Instituto Moreira Salles.
Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/sobre-imagens/files/2012/02/flieg-08.jpg>>

⁴⁰ American..., 1960, p.12. Adaptado do original: “the interconnection between the affiliated Paulista e Minas Gerais companies was completed through the construction of a non-system owned 230-mile transmission line. Through this interconnection, 50.000 kW of capacity from the Peixoto plant of the Paulista company is made available to the Minas Gerais system”.

No entanto, a década de 1950 marcou também a entrada do poder público no setor de energia elétrica no Brasil, a partir de um plano geral proposto pelo Governo Vargas com investimentos de 32 bilhões de cruzeiros, num período de 10 anos, e a criação da Eletrobrás, em 1954⁴¹. Isso se respaldaria à posterior estatização do setor energético brasileiro. Concomitante a hidroelétrica de Paulo Afonso – pertencente à CHESF –, iniciou-se, naquele momento, a construção de Salto Grande, em São Paulo, com capacidade de geração de 60 mil kW e uma em Minas Gerais, com 24 mil kW⁴².

A criação, em setembro de 1954, do Fundo de Eletrificação por parte do governo brasileiro destinado ao financiamento de instalações para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica⁴³, permitiu à empresa estadunidense um acesso a recursos para expansão infra estrutural. Ao tratar dessa questão e do aumento da participação do governo brasileiro na área de desenvolvimento de energia, o relatório de 1954 afirmava:

“(...) não alterou as construtivas e harmoniosas relações que, há muito tempo, existem entre as Autoridades Brasileiras e nossas subsidiárias. Em nenhum caso, as Autoridades discriminaram nossas empresas. Pelo contrário, o Governo, por uma ação legislativa, criou uma comissão, em 1954, que foi encarregado com a tarefa de preparar, no prazo de doze meses, um novo projeto de lei, consolidando e atualizando a legislação federal existente sobre água e energia elétrica, apresentando recomendações para medidas que vão criar mais incentivos para os investimentos de capital privado no setor elétrico”⁴⁴.

Até este momento, as relações com o poder público, mais do que amigáveis, eram promissoras ao setor energético privado. Ao se comparar com os dados estatísticos gerais (Quadro 1), percebe-se um contínuo aumento de consumidores e da capacidade de instalação e de produção das subsidiárias brasileiras⁴⁵, principalmente pelo consumo *per capita* que passa de 2,62 Kwh/consumidor em 1955 para 3,3 Kwh/consumidor em 1961. Esses dados confirmam que a iniciativa pública não apresentava, como menciona os documentos, “qualquer ameaça iminente para investimentos em empresas privadas de serviços concessionados”⁴⁶. Pelo contrário, “(...) o crescimento da demanda por serviços de eletricidade tem sido tão rápido que as previsões de carga estão constantemente em revisão e

⁴¹ Apesar do encaminhamento, ao Congresso Nacional, de um projeto de lei para a sua criação, a Eletrobrás foi somente sancionada sete anos depois, pelo então presidente Jânio Quadros, em 1961 e constituída oficialmente em 1962 (Panorama...2006).

⁴² O relatório não informa qual seria a hidroelétrica, mas provavelmente, teria sido construída no Rio Grande que atravessa o estado mineiro.

⁴³ Tratava-se de uma taxaçoão no consumo de energia elétrica para o programa nacional de desenvolvimento energético e administrado pela Eletrobrás.

⁴⁴ American..., 1954, p.24-25. Adaptado do original: “(...) did not alter the constructive and harmonious relationships which have long existed between the Brazilian Authorities and our subsidiaries. In no instance have the Authorities discriminated against our companies. On contrary, the Government, by legislative action, created a committee in 1954 which was charged with the task of preparing within twelve months a new draft of law consolidating and bringing up to date existing federal legislation on water and electric energy, and presenting recommendations for measures that will create greater incentive for the investments of private capital in the electric industry”.

⁴⁵ A acentuada queda em 1959 refere-se a retirada dos dados relativos a subsidiária de Porto Alegre, em processo de desapropriação – conforme mencionado a seguir. Entretanto, em 1961, último ano em que o Brasil entrou nos dados estatísticos do relatório acionário, já se percebe visível recuperação.

⁴⁶ American..., 1953, p.19. Adaptado do original: “(...) any imminent threat to investments in privately-owned utility enterprises”

os programas para a expansão do sistema estão tendo que ser ampliado⁴⁷. Os gastos programados para os anos de 1956-1961, de todas as subsidiárias brasileiras, ultrapassariam os 200 milhões de dólares e previa-se a adição da uma capacidade geradora em 400.000 kW.

Quadro 1
Dados estatísticos da Empresa Elétrica Brasileira⁴⁸

	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961
Consumidores	743.487	792.201	837.314	912.143	841.929	896.387	949.944
Capacidade produtora instalada (kW)	314.465	367.215	423.190	424.308	399.924	501.924	528.266
Produção de eletricidade (kWh)	1.951.840	2.218.681	2.540.936	2.853.413	2.776.360	2.941.759	3.169.320

Fonte: Relatórios acionários da AMFORP 1955-1961.

Nota: Elaborado pelos autores

Se, no período anterior – 1927 a 1939⁴⁹ – a AMFORP possuía 31 instalações hidro e termoeletricas⁵⁰, percebe-se que, em relação as usinas construídas a partir de 1946, foram inauguradas 11 novas usinas, das 42 então existentes em 1965 (Quadro 2 e 3). Entretanto, a capacidade de produção de energia elétrica teve um aumento significativo, e, se comparada a potência instalada das hidroelétricas, tem-se a adição de 286.900 kW, mais do dobro em relação aos 103.626 kW em operação. No que se refere às termoeletricas a diferença gira em torno de 25,7 por cento – 62.462 contra 78.500 kW⁵¹. Isso significa a incorporação de novas tecnologias construtivas, da adoção de equipamentos mais modernos e, principalmente do maciço investimento realizado pela AMFORP que garantiu empreendimentos de grande escala, a exemplo da usina de Peixoto (Figura 5).

⁴⁷ American..., 1955, p.20. Adaptado do original: “the growth of demand for electric services has been so rapid that load forecasts are constantly being revised and programs for system expansion are having to be enlarged”.

⁴⁸ Convém lembrar que a empresa estadunidense criou a Empresas Elétricas Brasileiras para “montar a base legal que viabilizaria as operações da AMFORP em território brasileiro” (Panorama..., 2006, p.85).

⁴⁹ Para maiores detalhes, inclusive as tabelas com os dados específicos das hidro e termoeletricas, ver Ferreira, Silva e Simonini, 2012.

⁵⁰ Empresas..., 1965. Deve-se levar em consideração que os dados se referem não somente às construídas, mas também às que se encontravam em funcionamento no momento da aquisição das companhias pela AMFORP.

⁵¹ Empresas..., 1965.

Quadro 2
Dados específicos da geração de energia das usinas hidroelétricas, segundo as companhias, pertencentes a AMFORP

Empresa	Usina	Potência instalada (kW)	Ano instalação*
Cia. Brasileira de Energia Eletrica (RJ)	Areal	20.000	1949
Cia. Força e Luz de Minas Gerais	Peti	9.400	1949
Cia. Força e Luz do Paraná	Guaricana	22.500	1957-1961
	Americana	30.000	1949-1954
Cia. Paulista de Força e Luz	Avanhandava	30.000	1946-1947
	Peixoto	175.000	1957-1960
Total	06 usinas	286.900	

Fonte: EMPRESAS..., 1965.

Nota: Reelaborado pelos autores

*Indicados o ano de instalação original e o da última ampliação realizada, se for o caso.

Quadro 3
Dados específicos da geração de energia das usinas termoelétricas, segundo as companhias, pertencentes a AMFORP

Empresa	Usina	Tipo	Potência instalada (kW)	Ano instalação*
Cia Força e Luz Nordeste do Brasil	Natal	Diesel	3.000	1952-1953
Cia. Central Brasil de Força Elétrica	Vitória	Diesel	2.000	1956
Cia. Brasileira de Energia elétrica	São Gonçalo	Vapor	33.500	1956-1961
Cia. Paulista de Força e Luz	Carioba	Vapor	30.000	1954
Cia. Força e Luz do Paraná	Curitiba	Diesel	10.000	1951-1959
Total	02 usinas	Vapor	63.500	
	03 usinas	Diesel	15.000	
	05 usinas		78.500	

Fonte: EMPRESAS..., 1965.

Nota: Reelaborado pelos autores

*Indicados o ano de instalação original e o da última ampliação realizada, se for o caso.

Ademais, apesar de não haver uma expansão da empresa para outros estados já abarcados por ela⁵² verifica-se um aumento interno nas regiões atendidas, primeiro pelos dados demográficos de consumidores e, também, pela construção de linhas de transmissão de energia elétrica: dos 5.521 quilômetros de extensão existentes em 1939, houve um acréscimo de outros 2.896 km⁵³. Reflete-se, portanto, numa busca da consolidação de um sistema que tentava abranger várias localidades e numa maior integração com outros sistemas em funcionamento, conforme já visto. Ou seja, não se presenciou um espraiamento territorial.

Se a política nacional de energia elétrica era favorável a AMFORP – e as demais empresas estrangeiras –, o mesmo não acontecia com outros serviços por ela fornecidos – principalmente às de transporte público –, como se pode destacar nos relatórios. A ferrovia interurbana denominada “Ramal Férreo”⁵⁴ encontrava-se inviabilizada e em negociações com o Governo de São Paulo, em 1952, devido a competição com o transporte rodoviário que, naquele momento, recebia incentivos públicos.

Em Porto Alegre, no mesmo ano, o setor de bondes elétricos da subsidiária apresentava falta de recursos “(...) para atender o aumento dos salários, e porque as autoridades municipais recusaram a autorizar tarifas mais elevadas para os fundos necessários [aos encargos trabalhistas]”⁵⁵. Isso acarretou numa greve dos funcionários e na intervenção municipal com a tomada da concessão. Consequentemente, iniciou-se conversações sobre a venda do patrimônio a municipalidade, e concluído dois anos depois, ao custo de 17 milhões de cruzeiros – ou U\$ 658.000, em valores de época⁵⁶.

Quatro anos mais tarde, os governos estadual e municipal solicitaram o fim da concessão da AMFORP e aquisição de suas propriedades pela agência estadual de energia sul-riograndense. O relatório informa que os investimentos realizados até aquele momento giravam em torno de U\$ 13.500.000 e esperava-se que um acordo favorável seja feito sem a necessidade de um embate judicial⁵⁷ – e consolidada em maio de 1959⁵⁸.

Além das ameaças de desapropriação e fim das concessões públicas, a empresa estadunidense sofria com prejuízos acumulados da *Pernambuco Tramways* que somavam mais de 83 milhões de cruzeiros em dez anos – em valores de época. Um grupo de acionistas começou a pressionar a AMFORP pelo encampamento das propriedades para honrar os compromissos assumidos⁵⁹. Sem condições de garantir um serviço adequado,

⁵² Ferreira, Silva, Simonini, 2012.

⁵³ Empresas..., 1965.

⁵⁴ American..., 1952. O ramal atendia principalmente o escoamento de algodão e café na região de Campinas.

⁵⁵ American..., 1952, p.15. Adaptado do original: “did not have the funds to meet wage increases, and because the Municipal Authorities refused to authorize higher fares to necessary funds”.

⁵⁶ American..., 1953.

⁵⁷ American..., 1958.

⁵⁸ American..., 1959. Entretanto, o valor da indenização encontrava-se sub judice no Tribunal estadual do Rio Grande do Sul. A empresa chamava a atenção ao valor total dos investimentos, que ultrapassa a casa dos 14 milhões de dólares.

⁵⁹ American..., 1954. Em seguida, ocorreu a venda da concessão de telefonia em Recife. Um ano depois, “Unprofitable street-railway properties in Campinas, State of São Paulo, and Salvador, State of Bahia, were disposed of during the year; and the street-railway operating in Pelotas, State of Rio Grande do Sul was discontinued”. (American..., 1955, p.20).

"a *Pernambuco Tramways and Power Company Limited* cujo investimento no sistema foi de aproximadamente U\$14.300.000 foi notificada de que seu contrato de concessão não seria renovado quando expirar em 17 julho de 1962 e que o fornecimento de serviço de energia elétrica, em sua área de concessão, será assumida pelo Estado de Pernambuco"⁶⁰.

Outros problemas também começavam a transparecer e a preocupar as subsidiárias brasileiras. O possível início de desapropriação da subsidiária de Minas Gerais se deveu, provavelmente, a uma seca sem precedentes que afetou as hidroelétricas mineiras e conseqüente racionamento de energia. O relatório afirma que para se evitar mais uma perda de concessão, acelerou-se os serviços de integração com a usina Peixoto que seriam concluídos em 1960. A AMFORP, ademais, adotou outras medidas como a locação e instalação de onze unidades diesel de 1.000 kW cada, dentro de um período de 60 dias e a compra de energia elétrica de outras companhias⁶¹.

Embora mantenha um constante aumento nos dados absolutos, o relatório informava, em 1959, uma queda de 12 por cento da receita operacional que se juntava aos constantes prejuízos e do não envio de divisas para a matriz. Isso se deveu, fundamentalmente, a questão da depreciação do cruzeiro e a manutenção da política do "valor histórico" para a taxa de retorno:

"Enquanto as empresas brasileiras são capazes de remeter juros sobre a dívida registrada em uma taxa preferencial e obter taxas de serviços na diferença entre a taxa oficial e a taxa preferencial, a perda de valor do cruzeiro causou diminuição dos ganhos, substancialmente, na parte do investimento, que é representado por uma dívida não registrada e capital social"⁶².

Isso significou um grave problema financeiro que impedia as subsidiárias de iniciar quaisquer projetos de grande escala nos anos de 1959 e 1960 e, de acordo com o informe acionário, se fazia necessário "(...) adiar a instalação adicional da capacidade de geração, que é urgentemente necessária para manter o ritmo com a demanda crescente em suas áreas de serviço"⁶³. Uma inflação em 44 por cento ao ano e o declínio de U\$ 4.249.000 nas remessas para a AMFORP das subsidiárias brasileiras, em relação ao ano anterior, coincidiu com a demonstração de interesse do Presidente João Goulart, em 1962, em abrir negociações para a transferência de investimentos estrangeiros em serviços públicos para o controle estatal⁶⁴.

A AMFORP se declarou favorável a venda de suas propriedades e, em 22 de abril de 1963,

"a Companhia chegou a um entendimento com o governo brasileiro sobre os termos básicos, para ser incorporado a um contrato subsequente, em acordo com interesses da Foreign Power System de 31 de

⁶⁰ American..., 1961, p.14. adaptado do original: "The Pernambuco Tramways and Power Company Limited which the System investment is approximately \$14.300.000 has been notified that its concession-contract will not be renewed when it expires on July, 17, 1962 and that the electric service supply in its concession area will be taken over by the State of Pernambuco".

⁶¹ American..., 1959.

⁶² American..., 1959, p.13. Adaptado do original: "While the Brazilian companies are able to remit interest on registered debt at a preferential rate and obtain in services rates the difference between the official rate and the preferential rate, the loss in value of the cruzeiro has caused earnings to decline substantially on the portion of the investment which is represented by unregistered debt and share capital".

⁶³ American...1961, p.14. Adaptado do original: "(...) delay installation of additional generating capacity, which is urgently needed to keep pace with the growing demand in their service areas".

⁶⁴ American..., 1961.

dezembro de 1962, no qual todas as suas concessionárias no Brasil serão comprados pelo Governo ou por uma de suas agências, ao preço de US \$ 135.000.000”.⁶⁵

De acordo com o levantamento realizado, em 1963, pela Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos⁶⁶ –, criada para acompanhar o processo de compra da companhia estadunidense –, a rede de distribuição de energia elétrica da AMFORP se constituía de um sistema, em 1963, que comportava as dez subsidiárias adquiridas no período de 1927 a 1929 (Quadro 4). Verifica-se que as principais áreas de atuação eram o interior de São Paulo, seguido dos estados do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e da Bahia⁶⁷.

Quadro 4
Dados da rede de distribuição das subsidiárias brasileiras pertencentes à AMFORP, em 1963

Subsidiárias	Estados	Localidades servidas	Consumidores	Linhas de distribuição (km)	Transformadores (unid)
Cia. Força e Luz Nordeste do Brasil - CFLBN	RN	02	45.022	415	370
	AL				
Pernambuco Tramways & Power Co. - PT&PCo	PE	04	95.818	987	845
Cia. Brasileira de Energia Elétrica - CEEB	BA	27	102.509	1.041	1.503
Cia. Central Brasileira de Força Elétrica - CCBFE	ES	37	32.819	502	512
Cia Brasileira de Energia Elétrica - CBEE	RJ	73	114.175	1.934	2.071
Cia. Força e Luz de Minas Gerais - CFLMG	MG	04	126.966	1.245	1.922
Cia, Paulista de Força e Luz - CPFL	SP	339	352.545	6.735	6.217
Cia. Força e Luz do Paraná - CFPL	PR	14	81.912	1.459	1.423
Cia. Energética Rio-Grandense - CEERG	RS	02	123.641	1.790	1.906
Rio-Grandense Light & Power Syndicate - RGL&PSy	RS	01	19.176	295	156
Total		503	1.094.583	16.403	16.925

Fonte: Empresas..., 1965

Nota: Reelaborado pelos autores.

⁶⁵ American..., 1962, p.8. Adaptado do original: “the Company reached an understanding with the Brazilian Government on the basic terms to be incorporated in a subsequent contract, pursuant to which the Foreign Power System’s interests at December 31, 1962 in all of its utilities in Brazil will be purchased by the Government or one of its agencies for a price of \$135.000.000”.

⁶⁶ Empresas..., 1965.

⁶⁷ Convém apontar que a espacialização dessa atuação foi demonstrado em Ferreira, Silva e Simonini, 2012. Igualmente lembrar que, desde 1934, os informes acionários não especificam quais seriam as localidades atendidas, limitando-se a assinalar as principais cidades.

Encerrava-se, dessa forma, uma empresa que atuou por mais de trinta anos no Brasil cuja área de atuação se estendeu por onze estados e possuía 42 usinas produtoras de eletricidade com capacidade instalada de 531.168 kW, distribuídas em 16.403 quilômetros de linhas de transmissão, atendendo a uma população superior a um milhão de pessoas. Embora o processo de venda ganhasse grande repercussão na imprensa e promovesse debates no Legislativo e no Executivo, sua longa existência na produção, distribuição e consumo de energia elétrica passou despercebida pelos estudos sobre o setor energético brasileiro.

À guisa de conclusão: o apagar das luzes

O estudo realizado pelos autores, iniciado pelo artigo “Os donos da luz: sistemas de gestão e redes técnicas no território brasileiro. O caso da AMFORP (1927-1939)” e continuado neste trabalho, pode ser dividido em dois momentos distintos. O primeiro, entre 1927 a 1939, foi marcado por uma expansão territorial mediante a aquisição de diversas companhias elétricas – privadas ou não –, da introdução de um novo padrão de gestão do trinômio produção/distribuição/fornecimento de energia elétrica e da preponderância do caráter local que essas negociações se promoveram⁶⁸. O segundo, analisado neste trabalho, abarcou, entre 1952 a 1963, a consolidação e a modernização do sistema, a diversificação das atividades da empresa e o processo de seu afastamento da atuação no país. Nesta última etapa, evidencia-se, igualmente, dois períodos: Um, inicial, primou pelo avanço técnico e incremento gradativo da capacidade instalada com a construção de usinas hidro e termoeletricas e outro, a partir de 1960, buscou a diversificação de investimentos em setores que não se encontravam em áreas consideradas estratégicas dos governos latino-americanos e, portanto, mais afastados da intervenção estatal.

A década final de atuação da AMFORP em território brasileiro (1952-1963), foi assinalado, conforme visto, pelas instabilidades no plano econômico e político brasileiro; em especial, percebido pelo seu papel simbólico nos embates entre os “nacionalistas” e os “cosmopolitas”, isto é, entre aqueles que acreditavam na valorização do capital nacional e os que gostariam de abrir ainda mais a economia brasileira aos investimentos estrangeiros. Importante considerar que, também neste período, a inserção geopolítica dos Estados Unidos nos assuntos latino-americanos fez-se de modo incisivo, principalmente após a Revolução Cubana, em 1959.

Neste mesmo ano, tem-se a saída definitiva da filial da AMFORP no Rio Grande do Sul, depois de anos de disputas judiciais, culminando com a expropriação da *The Rio-Grandense Light & Power Syndicate*, no início da gestão de Leonel Brizola (1959-1963). O governo João Goulart (1961-1964) logo tentou sanar a crescente crise diplomática aberta pelas negociações regionais, principalmente para evitar uma reação mais intensa dos EUA no plano político, surgida dessa primeira tentativa de compra de subsidiárias nacionais da empresa estadunidense⁶⁹.

No plano econômico, a questão cambial predominou nesta fase, relacionada com a decisão de ampliar ou não as redes técnicas de eletrificação sobre o território, tanto em maquinário quanto em capacidade de geração de energia elétrica. Desde o segundo governo de Getúlio

⁶⁸ Ferreira, Silva, Simonini, 2012.

⁶⁹ Saes; Loureiro, 2012.

Vargas (1950-1954) o Estado brasileiro realizava investimentos nas redes técnicas de produção e de distribuição como uma estratégia de alcançar uma maior escala territorial. Dentro de uma visão nacionalista, era estratégico um maior aporte de infraestrutura para a expansão do capital nacional. A Usina de Paulo Afonso (CHESF), inaugurada em 1955, que redefiniria a oferta de energia para o Nordeste, foi emblemático deste momento de maior participação do Governo Federal sobre os territórios regionais, inclusive centralizando os novos contratos de arrendamento.

Para a AMFORP, negociar a venda de todas as suas subsidiárias ao governo brasileiro, sem a necessidade de estabelecer acordos em cada um dos estados em que atuava, representou oportunidade única na determinação de preço atrativo aos acionistas – desconsiderando, em grande parte, o custo histórico ou as distintas especialidades de cada cidade. Os “nacionalistas” – representados, principalmente, na figura de Leonel Brizola – acusavam fortemente, em 1962, o governo federal de facilitar as negociações o que fez postergar o processo, até a venda definitiva em 1964, já durante o governo militar.

A análise desse período de atuação da AMFORP (1952-63) revela, dessa forma, aprofundamento do modelo de desenvolvimento do Estado brasileiro identificado por maior centralização do processo decisório – econômico e regional – como peça chave dos rumos políticos entre 1955 e 1964. Nesse sentido, a compreensão da atuação da AMFORP no território nacional permite estabelecer uma modificação também no papel das cidades, em contraste com a relativa autonomia dos governos estaduais na primeira metade do século XX – momento anterior em que a empresa estadunidense atuava próximo aos mandatários locais.

É perceptível, neste último período, a força da economia nacional atuando em conjunto à dependência dos planos do governo Federal, ora com viés nacionalista, ora como tentativa de não se chocar com os interesses estadunidenses na América Latina. O planejamento e a criação da ELETROBRÁS, por exemplo, dominando a partir dos anos de 1960 a produção e a distribuição de energia elétrica, contrasta com as personalidades pioneiras, sitiadas nas cidades, e em suas formas diferenciadas de ajuste à demanda local do período anterior (1930-1950), quando a expansão territorial dos negócios privados era constante.

É possível vislumbrar que a empresa estadunidense (e seus acionistas) não conseguia mais responder a essa nova necessidade política nacional em expandir suas redes à altura do interesse do governo central, de forma a aumentar a produção e a distribuição para além das capitais ou cidades principais. No caso do Nordeste, essa expansão era vital para um dinamismo à luz do que a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, criada em 1959 – necessitava no sentido de criar polos de desenvolvimento econômico em toda a região, como demonstra a Lei n.3.995 de 14 de dezembro de 1961⁷⁰.

O Brasil encontrava-se em transformação plena, de agrário exportador para urbano industrial e não mais parecia possível depender dos interesses das grandes empresas produtoras de energia elétrica (Light e AMFORP) para dirigir esse rumo. Por outro lado, os relatórios da AMFORP revelam o esforço dos técnicos locais em mostrar a viabilidade dos negócios, apesar do clima político desfavorável; tal esforço pode ser lido como resultante ainda da

⁷⁰ Brasil, 1961.

lucratividade gerada nas localidades, cuja população cada vez mais demandava o consumo de produtos elétricos.

Portanto, o apagar das luzes da AMFORP se relaciona com um novo momento de desenvolvimento regional brasileiro, associado ao nacionalismo como expressão política. Cabe lembrar que os interesses geopolíticos estadunidenses, apesar de afastado deste negócio em particular, foram deslocados para uma ação mais contundente do próprio governo, a partir de suas agências como a *United States Agency for International Development* – USAID – e a *Central Intelligence Agency* – CIA⁷¹.

Terminava, assim, em 1964, a atuação brasileira da AMFORP e iniciava uma nova fase no setor energético nacional. Embora cientes da importância da análise do processo de encampamento da empresa, que ganhou grande repercussão na imprensa e promoveu debates no Legislativo e no Executivo, tais reflexões e aprofundamentos desse momento deverá ser objeto de estudo posterior.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao HCUrb, pela disponibilização do acervo físico e digital, ao CNPq pelo apoio financeiro e, principalmente, ao Prof. Dr. Willian J. Hausman, do Departamento de Economia da *College William & Mary* do Estado da Virginia/EUA, pela cessão dos relatórios acionários da AMFORP.

Referências bibliográficas

AMERICAN & FOREIGN POWER COMPANY. *Annual Report for 1952*. New York: AMFORP, 1952.

AMERICAN & FOREIGN POWER COMPANY. *Annual Report for 1953*. New York: AMFORP, 1953.

AMERICAN & FOREIGN POWER COMPANY. *Annual Report for 1954*. New York: AMFORP, 1954.

AMERICAN & FOREIGN POWER COMPANY. *Annual Report for 1955*. New York: AMFORP, 1955.

AMERICAN & FOREIGN POWER COMPANY. *Annual Report for 1956*. New York: AMFORP, 1956.

AMERICAN & FOREIGN POWER COMPANY. *Annual Report for 1957*. New York: AMFORP, 1957.

⁷¹ Black, 2009.

AMERICAN & FOREIGN POWER COMPANY. *Annual Report for 1958*. New York: AMFORP, 1958.

AMERICAN & FOREIGN POWER COMPANY. *Annual Report for 1959*. New York: AMFORP, 1959.

AMERICAN & FOREIGN POWER COMPANY. *Annual Report for 1960*. New York: AMFORP, 1960.

AMERICAN & FOREIGN POWER COMPANY. *Annual Report for 1961*. New York: AMFORP, 1961.

AMERICAN & FOREIGN POWER COMPANY. *Annual Report for 1962*. New York: AMFORP, 1962.

BRASIL. Lei 3996/61, de 14 de dezembro de 1961. Aprova do Plano Diretor da SUDENE, para o ano de 1961, e dá outras providências [En línea]. *Diário Oficial da União*, 14 dez. 1961. < <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/110774/lei-3995-61>>. [05 de janeiro de 2013].

BLACK, Jan Knippers. *A penetração dos Estados Unidos no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2009.

BRANCO, Catullo. *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975

EMPRESAS subsidiárias da American e Foreign Power Co. Inc. do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, ano 8, n. 30, p.169-178, jun. 1965.

FERREIRA, Angela Lúcia; SILVA, Alexandro; SIMONINI, Yuri. Os donos da luz: sistemas de gestão e redes técnicas no território brasileiro. O caso da AMFORP (1927-1939). In: *Globalización, innovación y construcción de redes técnicas urbanas en América y Europa, 1890-1930. Brazilian Traction, Barcelona Traction y otros conglomerados financieros y técnicos* [En línea]. 2012. Barcelona. *Anais eletrônicos...*Barcelona: Universidad de Barcelona, 2012, p.1-20. < http://www.ub.edu/geocrit/Simposio/cFerreiraetal_Osdonos.pdf>. [15 de setembro de 2012].

GENTIL, Denise Lobato; TEIXEIRA, Aloísio. O Debate em perspectiva: duas correntes que se enfrentam através do tempo. In GENTIL, Denise Lobato; TEIXEIRA, Aloísio (org.). *Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945*. Brasília: IPEA, 2010. p. 11-34.

HAUSMAN, William J; NEUFELD John L. The Rise and Fall of The American & Foreign Power Company: A Lesson from the Past? *The Electricity Journal*, v.10, n.1, p.46-53, jan/feb. 1997.

HUDDLE, Donald L. Balanço de pagamentos e controle de câmbio no Brasil: diretrizes políticas e históricas, 1946-1954 [Em línea]. *Revista Brasileira de Economia*. 1964a, v. 18, n.

1, p. 5-40. <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1785>>. [14 de janeiro de 2013].

HUDDLE, Donald L. Balanço de Pagamentos e Controle de Câmbio no Brasil. Eficácia, Bem-Estar e Desenvolvimento Econômico [Em linha]. *Revista Brasileira de Economia*. 1964b, v. 18, n.2, p.5-40. <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1788>>. [14 de janeiro de 2013].

MELLO, João Manuel Cardoso. *O Capitalismo Tardio*. Campinas: Unicamp/IE, 1998.

PANORAMA do setor de energia elétrica no Brasil. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade, 2006.

SAES, Alexandre Macchione; LOUREIRO, Felipe Pereira. From foreign to state investment in the Brazilian Electric Power sector: The expropriation of the American Foreign and Power (AMFORP) in Brazil (1959-1965) [Em linha]. In: WORLD ECONOMIC HISTORY CONGRESS, 16., 2012, Stellenbosch. *Electronic proceedings...* Stellenbosch, 2012. p. 1-27. <<http://www.fea.usp.br/feacon/RePEc/documentos/AlexandreSaes08WP.pdf>>. [18 de janeiro de 2013].

THE FOREIGN Power system. a review of foreign power's role in the development of modern utility services in foreign lands. New York: AMFORP, 1953.